

Edital 74/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
74/2025	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	RAQUEL REZENDE DE SOUSA MARTINS	15/04/2025 13:15 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.000391/2025-72

1. Do objeto

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90071/2025

(Processo Administrativo nº 25386.000391/2025-72)

Torna-se público que a **Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)**, por meio do **INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS (BIO-MANGUINHOS)** sediado(a) Av. Brasil nº 4.365 - Manguinhos – RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 08/05/2025

Horário: 09:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: Menor preço por item

OBS: Considerando a escassez dos códigos CATMAT no PORTAL DE COMPRAS DA UNIÃO com descritivos idênticos aos especificados neste edital, as LICITANTES deverão considerar para efeito de cadastro de proposta, lances e, SAGRANDO-SE VENCEDORA, PARA A ENTREGA DO MATERIAL as especificidades dos TERMO DE REFERÊNCIA e INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é registro de preços para a aquisição de itens da marca USP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços Ajuda

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 sociedades cooperativas, tendo em vista que o objeto a ser licitado se trata de bens de consumo e não envolve serviço;

3.6.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto a ser licitado não envolve serviço de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Do orçamento estimado sigiloso

4.1 O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2 Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.3 O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. Da apresentação da proposta

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.6 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. Do Preenchimento da Proposta

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações descritas no Anexo IV deste edital

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.8.3 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. Da abertura da sessão, classificação

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5 % (cinco por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.19.2. empresas brasileiras;

7.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.2 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. Da Fase de Julgamento

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome e CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.4.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em

seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.9.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.9.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área especializada no objeto.

9. Da Fase de Habilitação

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. Do Termo do Contrato

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5 Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. Da Ata de Registro de Preços

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. Da formação do Cadastro de Reserva

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. Dos recursos

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

14. Das infrações administrativas

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.5 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.5.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. Da impugnação do edital e do pedido

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, e-mail licitacao@bio.fiocruz.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365 – Bairro: Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ, seção de compras nacionais (SECOM).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. Das disposições gerais

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;

16.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. ANEXO IV – Especificação.

16.11.6. ANEXO V– Portaria COGEAD.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA

CHEFIA DE DIVISÃO

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia_254445-000196-2025.pdf (768.23 KB)
- Anexo II - Minuta de Contrato 023-2025.pdf (82.64 KB)
- Anexo III - Minuta Ata de Registro de Precos 014-2025.pdf (122.71 KB)
- Anexo IV - Especificacoes.pdf (171.31 KB)
- Anexo V - Portaria_COGEAD_185 para PG SRP.pdf (73.49 KB)

Termo de Referência 196/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
196/2025	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	RAQUEL REZENDE DE SOUSA MARTINS	15/04/2025 09:14 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.000391/2025-72

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de Itens da Marca USP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item RCO	Item	Material / Serviço	Unid	Qtd
1	702	PADRAO,ERITROMICINA C;PER;1242021,USP;FR 50MG	FR	2
2	703	PADRAO,ERITROMICINA B;PER;1242010,USP;FR 100MG	FR	2
3	704	PADRAO,ERITROMICINA;PER;1242000,USP;FR 250MG	FR	2
4	705	PADRAO,ERITROMICINA N;CAS992-62-1,1242032,USP;FR 50MG	FR	2
5	987	PADRÃO USP ÁCIDO AMINOBENZÓICO;1019803,USP;FR 200MG	FR	3
6	988	PADRÃO USP ÁCIDO FÓLICO;1286005,USP;FR 500MG	FR	2
7	989	PADRÃO USP HIDROCLORIDRATO L-PIRIDOXINA;1587001,USP;FR 200MG	FR	2
8	991	PADRÃO USP GLICINA;1295800,USP;FR 200MG	FR	2
9	992	PADRÃO USP TRIPTOFANO;1700501,USP;FR 200MG	FR	5
10	993	PADRÃO USP TREONINA;1667202,USP;FR 200MG	FR	2
11	994	PADRÃO USP METIONINA;1411504,USP;FR 200MG	FR	2
12	995	PADRÃO USP LEUCINA;1357001,USP;FR 200MG	FR	2
13	997	PADRÃO USP HISTIDINA;1308505,USP;FR 200MG	FR	2
14	998	PADRÃO USP GLUTAMINA;1294808,USP;FR 100MG	FR	2
15	999	PADRÃO USP ISOLEUCINA;1349502,USP;FR 200MG	FR	6
16	1001	PADRÃO USP SERINA;1612506,USP;FR 200MG	FR	2
17	1003	PADRÃO USP FENILALANINA;1530503,USP;FR 200MG	FR	5
18	1004	PADRÃO USP TIROSINA;1705006,USP;FR 500MG	FR	2
19	1005	PADRÃO USP BIOTINA;1071508,USP;FR 200MG	FR	2
20	1007	PADRÃO USP DEXTROSE;1181302,USP;FR 500MG	FR	3
21	1049	PADRÃO USP ADENOSINA;1012123,USP;FR 200MG	FR	2
22	1050	PADRÃO USP ALANINA;1012509,USP;FR 200MG	FR	2
23	1051	PADRÃO USP FRUTOSE;1286504,USP;FR 125MG	FR	2
24	1052	PADRÃO USP HIDROCLORIDRATO ARGININA;1042601,USP;FR 125MG	FR	2

25	1053	PADRÃO USP NICOTINAMIDA;1462006,USP;FR 500MG	FR	2
26	1054	PADRÃO USP PANTOTENATO CÁLCIO;1087009,USP;FR 200MG	FR	2
27	1055	PADRÃO USP PROLINA;1568506,USP;FR 200MG	FR	3
28	1056	PADRÃO USP RIBOFLAVINA;1603006,USP;FR 500MG	FR	2
29	1057	PADRÃO USP SUCROSE;1623637,USP;FR 100MG	FR	10
30	1058	PADRÃO USP VALINA;1708503,USP;FR 200MG	FR	8
31	1346	PADRÃO USP ÁCIDO GLUTÂMICO;1294976,USP;FR 200MG	FR	5
32	17370	PADRÃO USP L-CISTINA;1161586,USP;FR200MG	FR	3
33	29363	PADRAO N-ACETILNEURAMINICO;CAS131486;1612619,USP;PER,FR200MG	FR	5
34	30350	PADRAO;L-GLUTAMATO;MONOSSODICO;1446600,USP;PER;FR500MG	FR	2
35	30380	PADRAO SULFATO DE GENTAMICINA;1289003,USP;FR 200MG	FR	3
36	32045	PADRAO 2-PENOXYETHANOL;CAS 122-99-6;1526200,USP;FR 500MG	FR	2
37	33652	CLORIDRATO, TIAMINA;1656002,USP;FR 500MG	FR	2
38	33885	PADRAO AMIKACIN;CAS 37517-28-5;1019508,USP;FR 300MG	FR	3
39	39492	PANTOLACTONE;1494807,USP;FR 500MG	FR	2
40	39493	INOSITOL;1340960,USP;FR 500MG	FR	2
41	39495	CLORETO,COLINA;1133547,PADRAO USP;FR 500MG	FR	2
42	40671	MALTOTRIOSE;CAS 1109-28-0;1375047,USP;FR 500MG	FR	2
43	40678	NIACINA;CAS 59-67-6;1461003,USP;FR 200MG	FR	2
44	41053	D-PANTOATO,SODIO;1613928,USP;FR 100MG	FR	2
45	42478	PADRAO,MALTOSE;MONOHIDRATADA;1375025,USP;FR 500MG	FR	2
46	42871	PADRAO;UREIA;SUBST;RELACIONADAS;A;RS;1706712,USP;PER;FR 15MG	FR	3
47	43434	PADRAO,ACIDO;ADIPICO;1012190,USP;PER;FR 100MG	FR	14
48	43568	PADRAO,PANTENOL;CAS 16485-10-2;1494501,USP;FR 200MG	FR	2
49	44207	POLISSORBATO 80,PADRAO;1547969,USP;CX4UN X 0,5G	CX	2
50	45034	PADRAO,AMPICILINA;SODICA;CAS69-52-3,1033203,USP;FR125MG	FR	2
51	45807	PADRAO,ACIDO;AMINOCAPROICO;CAS60-32-2,1021000,USP;FR200MG	FR	2
52	45808	PADRAO,DIMETIL;SULFOXIDO;CAS67-68-5,1211006,USP;FR3G	FR	2
53	48057	PADRAO,POLIDIMETILSILOXANO;CAS9016-00-6;1546300,USP;FR 500MG	FR	2
54	54005	ERITROPOETINA,PADRAO;FISICO-QUIMICO;1248218,USP;FR 100UG	FR	24

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do pedido da FIOCRUZ /BIOMANGUINHOS para as entregas decorrentes da ata de registro de preços ou da data consignada na cláusula de vigência contratual quando utilizado o termo de contrato, prorrogável na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 /2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Em consulta ao Guia Prático de Licitações Sustentáveis da AGU, bem como ao sítio Compras Governamentais, não encontramos quaisquer critérios de sustentabilidade que se apliquem aos produtos aqui pretendidos.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das marcas conforme descrita em seus respectivos itens e de acordo com o documento de formalização de demanda acostado ao processo administrativo.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação.

4.4.1. A administração avaliou que os objetos desta aquisição não são complexos e enquadram-se na classificação de bens comuns. Por esse motivo, optou pela não exigência da garantia contratual uma vez que aumentaria o valor contratado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega:

5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 90 (noventa) dias, contados do pedido da Contratante, quando enviado por endereço eletrônico, formulado sob Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de entrega, ou da data consignada na cláusula de vigência contratual, quando utilizado termo de contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado de Bio Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900, Rio de Janeiro-RJ – Horário: 08:00 às 11:30 e de 13:00 às 16:00. As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio junto ao Almoxarifado de Bio-Manguinhos através dos telefones: (21) 3882-7017 ou (21) 3882-9468 ou do e-mail: agendarecebimento@bio.fiocruz.br, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.

5.4. Todas as demais condições de entrega estarão descritas no edital em forma de anexo.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1 Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.2.4.2 O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3 compensatória de 8 % (oito por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar

confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 09 (nove) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 4 (quatro) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA /IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

8.29 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/03/2025.

8.30 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A2] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A3] .

8.31 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento:

9.2. O fornecimento do objeto será a partir do pedido da FIOCRUZ/BIO-MANGUINHOS, quando enviado por endereço eletrônico, formulado sob Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de entrega, em remessa única, a cada pedido formulado pela contratante.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira- Para as proposta as cujos valores sejam superiores a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais):

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10.% [até 10%] do valor total ofertado pela licitante.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A decisão de manter o orçamento em sigilo se justifica pela busca de apresentação das propostas dos Licitantes em consonância com o preço praticado no mercado e por entender que um possível orçamento aberto ocasionaria preços que não se afastariam do valor inicial, prejudicando a apresentação da melhor proposta à Administração Pública.]

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

11.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 254432;

II) Fonte de Recursos: 1001000000 e 1002000000;

III) Programa de Trabalho: 10303511747050001 e 10305512320YE0001.

IV) Elemento de Despesa: 339030;

V) Plano Interno: 234035 e 234040.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA
CHEFIA DE DIVISÃO

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 2. Estudo Tecnico Preliminar_254445_000135_2025.pdf (589.91 KB)

Estudo Técnico Preliminar 135/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25386.000391/2025-72

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar cenários para o atendimento da demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas. O ETP subsidia o respectivo processo de contratação, conforme preceitua o artigo 18, inciso II, da Lei 14.133/2021, e está em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/2022, fornecendo as informações necessárias para garantir a eficiência, vantajosidade e sustentabilidade da contratação pública.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz /Fiocruz, é responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e outros órgãos públicos. Sua missão é garantir acesso a produtos essenciais para a saúde pública, contribuir para a autonomia tecnológica do Brasil e promover inovação no setor de biotecnologia. A instituição desempenha um papel estratégico na proteção e prevenção de doenças por meio da oferta de soluções biotecnológicas. Vem investindo na ampliação do seu parque industrial, vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, bem como na área de desenvolvimento tecnológico de novos produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto na saúde pública do país. As linhas de atuação de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação são definidas a partir de critérios como: situação epidemiológica do país, demanda definida pelos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto, projeção tecnológica, viabilidade econômica e existência de capacidade científica e tecnológica e de financiamento e gerenciamento.

Visando o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde para o fornecimento de imunobiológicos, Bio-Manguinhos desenvolveu um planejamento para a aquisição de materiais de consumo. Os itens constam do Planejamento Anual Orçamentário que está associado às iniciativas estratégicas da unidade. A aquisição de materiais para Bio-Manguinhos é fundamental para garantir a continuidade da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos que atendem o Sistema Único de Saúde (SUS). Esses insumos permitem a instituição cumprir sua missão de proteger a saúde pública, promovendo a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto no Brasil. Além disso, o investimento em materiais assegura o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos de alto valor agregado, ampliando a capacidade de resposta do país frente a desafios epidemiológicos.

Pedido de compra nº 206779

O insumo L-arginina faz parte da composição dos estabilizadores RA e MEMU, utilizados na formulação da vacina sarampo, caxumba e rubéola (atenuada).

O insumo L-arginina faz parte da rotina de preparo dos estabilizadores RA e MEMU, utilizados na vacina sarampo, caxumba e rubéola (atenuada).

O item será usado pela Divisão de Formulação (DIFOR), do Departamento de Processamento Final (DEPFI).

O insumo L-arginina é utilizado no preparo dos estabilizadores RA e MEMU, que fazem parte da composição da formulação da vacina sarampo, caxumba e rubéola (atenuada).

O preparo dos estabilizadores RA e MEMU faz parte da rotina produtiva da área, para atendimento ao cronograma de produção e do Programa Nacional de Imunização.

A marca PFANSTIEHL é a única que atende as especificações necessárias, visto que foi utilizada nos processos validados com resultados satisfatórios. Sendo assim, torna-se necessária a aquisição dos materiais da marca PFANSTIEHL, uma vez que é a única que atende a padronização/uniformização de técnicas, protocolos e resultados, não havendo fonte alternativa para aquisição dos mesmos. Os resultados satisfatórios registrados nos RBP3774 - PREPARO E FILTRAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO DO ESTABILIZADOR MEMU e RBP3968 - PREPARO E FILTRAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO DO ESTABILIZADOR RA foram alcançados utilizando a marca PFANSTIEHL, ratificando assim o histórico de qualidade e ausência de variação.

As quantidades solicitadas são necessárias pois os estabilizadores são componentes da vacina sarampo, caxumba, rubéola (atenuada), sendo necessários para cumprimento do cronograma de produção e do atendimento ao Programa Nacional de Imunização.

Pedido de compra nº 205665

Este item é necessário para a realização de análises de controle de qualidade de matérias primas, produtos intermediários que serão utilizados em todos os laboratórios de formulação e nas linhas de produção de Bio-Manguinhos e produto acabado.

Esta aquisição está em conformidade com o planejamento anual orçamentário de Bio-Manguinhos, alinhando-se diretamente às iniciativas estratégicas voltadas para o fornecimento de imunobiológicos. Atender às demandas do Ministério da Saúde constitui uma prioridade institucional.

A aquisição dos padrões USP, como fenilalanina, prolina, sacarose, valina, ácido glutâmico, Nacetilneuramínico, 2-fenoxietanol, ácido adipico, eritropoetina, ácido aminobenzóico, triptofano, e isoleucina, todos provenientes da USP (United States Pharmacopeia), é justificada pela confiabilidade e excelência dessa marca, que é uma das mais respeitadas no setor farmacêutico e científico. A USP é amplamente reconhecida pela qualidade e precisão de seus padrões, que atendem aos critérios rigorosos da ANVISA e da OMS, sendo fundamentais para garantir a confiabilidade e a segurança dos ensaios laboratoriais, controles de qualidade e estudos de pesquisa.

A USP é uma instituição que desenvolve e mantém padrões de alta qualidade para substâncias farmacêuticas e ingredientes alimentícios, sendo uma referência global. Todos os padrões fornecidos pela USP são fabricados e testados de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA, garantindo sua conformidade com as exigências brasileiras para produtos químicos e farmacêuticos. Além disso, a USP segue as diretrizes da OMS e é certificada com ISO 9001, a norma internacional que atesta a qualidade e a capacidade dos processos da empresa em garantir que seus produtos e serviços atendem aos requisitos dos clientes e às exigências regulatórias. Esta certificação assegura que a USP adota práticas de gestão da qualidade que garantem a consistência e a melhoria contínua dos seus produtos.

Esses padrões são essenciais para a realização de testes de qualidade, calibração de equipamentos e validação de processos, sendo indispensáveis em ambientes que requerem precisão e confiabilidade. A certificação USP assegura que os produtos adquiridos têm pureza, qualidade e concentração garantidas, proporcionando confiança nos resultados obtidos em pesquisas e análises. Utilizar outra marca que não possua a mesma qualidade ou as certificações da USP, ANVISA e OMS pode resultar em sérios problemas de compatibilidade e confiabilidade dos dados. A utilização de padrões não certificados ou com qualidade inferior pode comprometer a exatidão dos testes realizados, afetando diretamente os resultados obtidos, o que pode prejudicar tanto a pesquisa quanto o controle de qualidade. Em estudos e análises científicas, é fundamental que os dados sejam consistentes e comparáveis; portanto, o uso de materiais que não atendem aos mesmos critérios de pureza e especificação pode gerar dados inconsistentes, dificultando a validação dos resultados e a comparação com outras pesquisas. Além disso, utilizar padrões que não são homologados pela ANVISA ou pela USP pode resultar em problemas regulatórios e de conformidade, especialmente se os resultados forem utilizados em contextos regulatórios ou clínicos. A ausência de uma certificação reconhecida pode, ainda, resultar na necessidade de novas aquisições de padrões que atendam às exigências legais, gerando custos adicionais e atrasos no desenvolvimento de projetos e pesquisas. Portanto, a aquisição dos padrões USP é imprescindível para garantir a qualidade, a confiabilidade e a conformidade com as regulamentações brasileiras e internacionais, assegurando que todos os testes e processos realizados sejam precisos, válidos e seguros. A utilização de marcas não certificadas ou com qualidade inferior pode prejudicar a consistência dos dados, gerar incompatibilidades nos processos e resultar em custos adicionais, tornando a escolha dos padrões USP a opção mais adequada e eficiente para garantir resultados confiáveis e seguros.

Não se aplica neste caso, pois a escolha da marca e fornecedor está baseada na conformidade da garantia de qualidade do produto mediante a especificidade técnica ao equipamento que será utilizado.

A quantidade de cada material foi calculada com base na demanda histórica e nas exigências do controle de qualidade, considerando a frequência de utilização. A estimativa foi elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.

Pedido de compra nº 206461

Para cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico de forma satisfatória e consequente atendimento ao Ministério da Saúde no âmbito dos contratos de fornecimento, se faz necessária a aquisição deste item, visando garantir o suporte necessário aos processos durante as diferentes etapas das produções que vão compor os produtos do portfólio de Bio-Manguinhos, possibilitando o cumprimento das novas demandas de produção.

Este item é necessário para a realização de análises de controle de qualidade de matérias primas, produtos intermediários que serão utilizados em todos os laboratórios de formulação e nas linhas de produção de Bio-Manguinhos e produto acabado.

Esta aquisição está em conformidade com o planejamento anual orçamentário de Bio-Manguinhos, alinhando-se diretamente às iniciativas estratégicas voltadas para o fornecimento de imunobiológicos. Atender às demandas do Ministério da Saúde constitui uma prioridade institucional.

A aquisição do padrão USP Biotina (1071508, USP, FR 200 mg) é essencial para garantir a precisão e confiabilidade das análises laboratoriais que exigem um controle rigoroso da qualidade. A United States Pharmacopeia (USP) é uma organização globalmente reconhecida pela padronização de insumos farmacêuticos, garantindo que os materiais atendam aos mais altos padrões de qualidade, pureza e potência. Seus padrões são amplamente utilizados em laboratórios regulados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo referência para ensaios analíticos e controle de qualidade em indústrias farmacêuticas e de biotecnologia.

A USP é certificada por normas reconhecidas internacionalmente, incluindo a ISO 17025, que garante a competência técnica de seus laboratórios de ensaios, e a ISO 9001, que assegura a padronização e melhoria contínua dos processos de fabricação de seus materiais de referência. Além disso, seus padrões atendem aos requisitos estabelecidos pelo International Council for Harmonisation of Technical Requirements for Pharmaceuticals for Human Use (ICH), reforçando sua aceitação global e sua adequação aos parâmetros regulatórios de agências como a FDA (Food and Drug Administration) e a EMA (European Medicines Agency).

A escolha do padrão USP Biotina assegura a rastreabilidade dos resultados analíticos, facilitando a conformidade com normativas nacionais e internacionais. A certificação da USP atesta que o material possui composição, pureza e identidade comprovadas por rigorosos testes metrológicos, garantindo reprodutibilidade e precisão nos ensaios laboratoriais. A utilização de um padrão certificado minimiza variações analíticas e reduz o risco de não conformidade com exigências regulatórias. A substituição do padrão USP Biotina por um material de outra marca pode acarretar diversos impactos negativos, como diferenças na composição e pureza, levando a resultados analíticos inconsistentes. Além disso, padrões não certificados ou de procedência duvidosa podem comprometer a comparabilidade de dados e a validade dos ensaios, resultando na necessidade de retrabalho, maior consumo de recursos laboratoriais e possíveis atrasos em processos regulatórios. Outra preocupação é a falta de rastreabilidade e conformidade com as exigências da ANVISA, o que pode inviabilizar a aceitação dos resultados pelos órgãos fiscalizadores.

Portanto, a aquisição do padrão USP Biotina é indispensável para garantir a qualidade e confiabilidade dos ensaios, assegurando conformidade com normas regulatórias como a ISO 17025, ISO 9001 e diretrizes do ICH, prevenindo impactos negativos nos processos analíticos e regulatórios.

Não se aplica neste caso, pois a escolha da marca e fornecedor está baseada na conformidade da garantia de qualidade do produto mediante a especificidade técnica ao equipamento que será utilizado.

A quantidade de cada material foi calculada com base na demanda histórica e nas exigências do controle de qualidade, considerando a frequência de utilização. A estimativa foi elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.

Pedido de compra nº 205853

A aquisição da riboflavina visa atender à necessidade de qualificação de equipamentos utilizados na lavagem automática de materiais e equipamentos. Este processo é fundamental para garantir que os procedimentos de limpeza estão alinhados aos requisitos das Boas Práticas de Fabricação (BPF) da ANVISA, assegurando que não haja resíduos que comprometam a segurança e a qualidade dos produtos.

O material será utilizado no Laboratório de Validação de Métodos (DEMEV) para atividades de qualificação de desempenho de equipamentos de lavagem.

O objetivo principal é utilizar a riboflavina como um indicador para impregnar os materiais e equipamentos a serem submetidos ao processo de limpeza. Após a limpeza, a ausência de resíduos é avaliada sob luz negra (UV), uma vez que a riboflavina apresenta fluorescência nessa condição. Esta atividade é essencial para validar o desempenho dos equipamentos, garantindo a conformidade com os padrões de qualidade exigidos.

A qualificação de equipamentos para lavagem é crucial para manter a segurança e a eficácia dos produtos desenvolvidos e fornecidos por Bio-Manguinhos, incluindo vacinas, kits diagnósticos e biofármacos. Esta atividade está alinhada com os objetivos estratégicos da instituição, garantindo a qualidade e confiabilidade dos produtos destinados ao Ministério da Saúde e à sociedade.

A marca USP como fornecedora do insumo é fundamentada em critérios técnicos e regulatórios que garantem a qualidade e confiabilidade do material a ser utilizado nos processos. O insumo fornecido pela USP é amplamente reconhecido como referência internacional, sendo utilizado em diversas atividades críticas, incluindo validações, controle de qualidade e desenvolvimento de produtos. Os principais motivos para a escolha da USP incluem: Padrão de Referência Internacional: A USP é uma organização amplamente reconhecida por estabelecer padrões farmacêuticos de referência global. O insumo fornecido segue rigorosamente as especificações estabelecidas pela farmacopeia USP, garantindo sua qualidade e conformidade técnica. Certificados de Qualidade: O material é acompanhado de certificados que asseguram a realização de todos os testes de qualidade necessários, incluindo pureza, identidade e desempenho. Esses certificados são indispensáveis para comprovar a conformidade do insumo com os requisitos regulatórios e institucionais. Reprodutibilidade e Confiabilidade: O uso de insumos USP garante a padronização e a reprodutibilidade dos resultados nos processos analíticos e produtivos, eliminando variabilidades e riscos associados ao uso de materiais de qualidade inferior. Exigências Regulatórias: A utilização de insumos reconhecidos pela USP está alinhada às Boas Práticas de Fabricação (BPF) da ANVISA, sendo frequentemente exigida em auditorias e inspeções regulatórias para assegurar a conformidade dos processos.

A quantidade do item foi estimada com base na frequência qualificações necessárias para manutenção da rotina e atendimento aos novos projetos de Bio-Manguinhos. Essa estimativa garante a continuidade dos processos de validação de limpeza e evita interrupções que poderiam comprometer a produção.

Pedido de compra nº 205576

Estes itens são necessários para a realização de análises de controle de qualidade de matérias primas, produtos intermediários que serão utilizados em todos os laboratórios de formulação e nas linhas de produção de Bio-Manguinhos e produto acabado.

Esta aquisição está em conformidade com o planejamento anual orçamentário de Bio-Manguinhos, alinhando-se diretamente às iniciativas estratégicas voltadas para o fornecimento de imunobiológicos. Atender às demandas do Ministério da Saúde constitui uma prioridade institucional.

A aquisição dos itens da marca USP é justificada pela confiabilidade e excelência dos padrões analíticos que ela oferece. Os padrões da USP (United States Pharmacopeia) são amplamente reconhecidos por atenderem aos mais altos requisitos de qualidade e precisão, sendo utilizados em análises críticas para a indústria farmacêutica, laboratórios de controle de qualidade e pesquisas científicas. Esses produtos asseguram conformidade com regulamentações internacionais, como as exigências da FDA (Food and Drug Administration) e EMA (European Medicines Agency), promovendo a padronização e rastreabilidade nas análises laboratoriais. A USP apresenta certificações rigorosas que garantem que seus padrões sejam fabricados seguindo práticas de qualidade ISO 17025 e ISO 9001, além de serem acompanhados de certificados detalhados de análise, fornecendo confiança nos resultados e dados gerados. A seleção de itens como aminoácidos, vitaminas, ácidos, antibióticos, e padrões relacionados à qualidade de produtos, como maltose e ureia, é fundamental para atender às especificações analíticas e garantir a confiabilidade dos métodos de ensaio empregados. Portanto, a aquisição dos padrões analíticos da USP é essencial para assegurar a integridade e precisão dos processos laboratoriais e a conformidade regulatória das análises realizadas.

Não se aplica neste caso, pois a escolha da marca e fornecedor está baseada na conformidade da garantia de qualidade do produto.

A quantidade de cada material foi calculada com base na demanda histórica e nas exigências do controle de qualidade, considerando a frequência de utilização. A estimativa foi elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.

Pedido de compra nº 205314

O item solicitado acima possui aplicação direta na seguinte atividade de desenvolvimento realizada no Laboratório de Tecnologias Analíticas Físico-Químicas (LATEA): atividades de purificação e caracterização de biomoléculas, mais especificamente para realização da técnica de cromatografia líquida, fundamental para o isolamento purificação e caracterização de biomoléculas. A não aquisição desse item poderá impactar em atividades essenciais realizadas na área, e

automaticamente impacta no cronograma das diferentes iniciativas internas e estratégicas bem como dos projetos de desenvolvimento tecnológico existentes na unidade com atividades desenvolvidas no LATEA.

A marca USP é a que atende aos interesses do Laboratório de Macromoléculas devido a razões operacionais, por cumprir as especificações técnicas e de qualidade exigidas em metodologias dos experimentos em andamento, como descrito no documento interno (DI): 12585 - Estimativa de Massa Molecular por Cromatografia de Exclusão Molecular (SEC). Qualquer alteração na marca estabelecida pode gerar problemas, já que os insumos podem garantir a análise comparativa dos resultados, não comprometendo os dados gerados até o momento, o que inviabilizaria o processo de validação, com impacto na comparabilidade de dados.

Foi calculada média do consumo dos últimos anos do material planejado, visando cumprir o atendimento às demandas dos projetos prioritários da carteira de Bio-Manguinhos e das atividades essenciais do Laboratório de Tecnologias Analíticas Físico-Químicas (LATEA).

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos; Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato..

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
LATEA	MELISSA CHAMON ALVES PREMAZZI
SEMPR	SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES
SEAPQ	SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES
SEVAP	VICTOR DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA
DIFOR	ANTONIO LUCIO VENTURA DA SILVA

5. Levantamento de Mercado

Foi realizado um levantamento minucioso das soluções disponíveis no mercado, consultando uma ampla gama de fornecedores especializados, além de explorar informações de sites públicos e plataformas relevantes. Durante esse processo, foram cuidadosamente analisados diversos aspectos, incluindo a viabilidade econômica das opções, sua eficácia na resolução de problemas, a eficiência dos serviços oferecidos e a conformidade com padrões estabelecidos, com a finalidade de garantir a melhor escolha para as necessidades do projeto.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Método da estimativa da demanda.

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários.

A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:

- a. *Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;*
- b. *Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade (quando couber);*
- c. *Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;*
- d. *Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano seguinte;*
- e. *Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.*

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE.

Estimativa da quantidade a ser contratada:

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Diante do aumento da demanda identificado pelos programas do Ministério da Saúde e da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, a estimativa de quantidades de materiais de consumo reflete esse crescimento. Com base nos dados históricos das aquisições anteriores, observamos um incremento significativo na necessidade de insumos devido ao aumento da capacidade de produção da unidade Bio-Manguinhos/Fiocruz e ao crescimento da demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). O material é necessário para garantir a continuidade das operações e o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, a projeção para o período contempla um aumento dos quantitativos, a fim de atender plenamente as novas exigências operacionais e os programas de saúde pública.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2021	pom2022	pom2023	pom2024	pom2025
1057	PADRÃO USP SUCROSE; 1623637,USP;FR 100MG	FR	1	2	0	0	10
1058	PADRÃO USP VALINA;1708503, USP;FR 200MG	FR	0	0	14	0	8
1058	PADRÃO USP VALINA;1708503, USP;FR 200MG	FR	0	0	14	0	8
1346	PADRÃO USP ÁCIDO GLUTÂMICO;1294976,USP;FR 200MG	FR	0	0	2	5	5
17370	PADRÃO USP L-CISTINA;1161586, USP;FR200MG	FR	0	0	3	0	3
30380	PADRAO SULFATO DE GENTAMICINA;1289003,USP;FR 200MG	FR	0	0	0	0	3
33885	PADRAO AMIKACIN;CAS 37517- 28-5;1019508,USP;FR 300MG	FR	2	0	0	2	3
39492	PANTOLACTONE;1494807,USP; FR 500MG	FR	0	0	0	0	1

39493	INOSITOL;1340960,USP;FR 500MG	FR	0	0	3	0	1
39495	CLORETO,COLINA;1133547, PADRAO USP;FR 500MG	FR	0	0	2	0	2
40671	MALTOTRIOSE;CAS 1109-28-0; 1375047,USP;FR 500MG	FR	0	0	0	0	1
40678	NIACINA;CAS 59-67-6;1461003, USP; FR 200MG	FR	0	0	2	0	2
41053	D-PANTOATO,SODIO;1613928, USP;FR 100MG	FR	0	0	2	0	2
42478	PADRAO,MALTOSE; MONOHIDRATADA;1375025,USP; FR 500MG	FR	0	0	3	0	1
42871	PADRAO;UREIA;SUBST; RELACIONADAS;A;RS;1706712, USP;PER;FR 15MG	FR	0	0	4	0	3
43434	PADRAO,ACIDO;ADIPICO; 1012190,USP;PER;FR 100MG	FR	5	3	3	12	14
43434	PADRAO,ACIDO;ADIPICO; 1012190,USP;PER;FR 100MG	FR	5	3	3	12	14
43568	PADRAO,PANTENOL;CAS 16485-10-2;1494501,USP;FR 200MG	FR	0	0	2	2	1
44207	POLISSORBATO 80,PADRAO; 1547969,USP;CX4UN X 0,5G	FR	2	12	2	0	1
45034	PADRAO,AMPICILINA;SODICA; CAS69-52-3,1033203,USP; FR125MG	FR	0	0	4	0	1
45807	PADRAO,ACIDO; AMINOCAPROICO;CAS60-32-2,1021000,USP;FR200MG	FR	0	0	2	1	2
45808	PADRAO,DIMETIL;SULFOXIDO; CAS67-68-5,1211006,USP;FR3G	FR	0	1	0	1	2
63241	L-ARGININA;74-79-3;USP EP JP ChP;A-170,PFANSTIEHL;FR 25KG	FR	0	0	0	0	75000

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Analisando a necessidade de contratação do último ciclo, decorrente de ajustes nos programas de saúde pública e estabilização epidemiológica, a estimativa de aquisição de materiais de consumo será reduzida proporcionalmente. Analisando os dados históricos de consumo e as projeções revisadas do Ministério da Saúde, prevemos uma diminuição, conforme tabela abaixo, na quantidade de materiais em comparação aos períodos anteriores. Essa redução visa ajustar os estoques e evitar desperdícios, mantendo a eficiência no uso dos recursos sem comprometer a capacidade produtiva e a qualidade dos serviços prestados por Bio-Manguinhos/Fiocruz ao SUS.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2023	pom2024	por
702	PADRAO,ERITROMICINA C;PER;1242021,USP;FR 50MG	FR	0	5	2
703	PADRAO,ERITROMICINA B;PER;1242010,USP;FR 100MG	FR	0	0	1
704	PADRAO,ERITROMICINA;PER;1242000,USP;FR 250MG	FR	0	0	2

705	PADRAO,ERITROMICINA N;CAS992-62-1,1242032,USP;FR 50MG	FR	4	0	2
987	PADRÃO USP ÁCIDO AMINO BENZÓICO;1019803,USP;FR 200MG	FR	0	0	3
988	PADRÃO USP ÁCIDO FÓLICO;1286005,USP;FR 500MG	FR	0	0	1
989	PADRÃO USP HIDROCLORIDRATO L-PIRIDOXINA;1587001,USP;FR 200MG	FR	1	0	1
991	PADRÃO USP GLICINA;1295800,USP;FR 200MG	FR	6	0	1
992	PADRÃO USP TRIPTOFANO;1700501,USP;FR 200MG	FR	3	6	5
992	PADRÃO USP TRIPTOFANO;1700501,USP;FR 200MG	FR	3	6	5
993	PADRÃO USP TREONINA;1667202,USP;FR 200MG	FR	1	0	1
994	PADRÃO USP METIONINA;1411504,USP;FR 200MG	FR	35	0	1
995	PADRÃO USP LEUCINA;1357001,USP;FR 200MG	FR	12	5	1
997	PADRÃO USP HISTIDINA;1308505,USP;FR 200MG	FR	5	0	1
998	PADRÃO USP GLUTAMINA;1294808,USP;FR 100MG	FR	10	10	2
999	PADRÃO USP ISOLEUCINA;1349502,USP;FR 200MG	FR	4	2	6
999	PADRÃO USP ISOLEUCINA;1349502,USP;FR 200MG	FR	4	2	6
1001	PADRÃO USP SERINA;1612506,USP;FR 200MG	FR	1	0	1
1003	PADRÃO USP FENILALANINA;1530503,USP;FR 200MG	FR	2	3	5
1004	PADRÃO USP TIROSINA;1705006,USP;FR 500MG	FR	2	0	1
1005	PADRÃO USP BIOTINA;1071508,USP;FR 200MG	FR	0	0	2
1051	PADRÃO USP FRUTOSE;1286504,USP;FR 125MG	FR	1	5	2
1052	PADRÃO USP HIDROCLORIDRATO ARGININA;1042601,USP;FR 125MG	FR	2	5	2
1053	PADRÃO USP NICOTINAMIDA;1462006,USP;FR 500MG	FR	1	0	1
1054	PADRÃO USP PANTOTENATO CÁLCIO;1087009,USP;FR 200MG	FR	0	0	1
1055	PADRÃO USP PROLINA;1568506,USP;FR 200MG	FR	12	11	3
1055	PADRÃO USP PROLINA;1568506,USP;FR 200MG	FR	12	11	3
1056	PADRÃO USP RIBOFLAVINA;1603006,USP;FR 500MG	FR	4	2	2
1056	PADRÃO USP RIBOFLAVINA;1603006,USP;FR 500MG	FR	4	2	2
1057	PADRÃO USP SUCROSE;1623637,USP;FR 100MG	FR	0	0	10
29363	PADRAO N-ACETILNEURAMINICO;CAS131486;1612619,USP;PER,FR200MG	FR	0	10	5
33652	CLORIDRATO, TIAMINA;1656002,USP;FR 500MG	FR	2	1	1
48057	PADRAO,POLIDIMETILSILOXANO;CAS9016-00-6;1546300,USP;FR 500MG	FR	15	0	1
54005	ERITROPOETINA,PADRAO;FISICO-QUIMICO;1248218,USP;FR 100UG	FR	171	137	24
54005	ERITROPOETINA,PADRAO;FISICO-QUIMICO;1248218,USP;FR 100UG	FR	171	137	24

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Com base nos dados históricos de consumo e no planejamento estratégico de Bio-Manguinhos/Fiocruz, a demanda por insumos para a produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos tem se mantido estável nos últimos anos. Dessa forma, a estimativa de quantidades a serem contratadas para este ciclo segue o padrão médio observado anteriormente, sem variações significativas. O planejamento para a aquisição de materiais de consumo considera as demandas dos programas do Ministério da Saúde e as necessidades operacionais da unidade, de modo a garantir a continuidade da produção e o atendimento integral ao SUS, mantendo a estimativa de compra alinhada aos volumes previamente adquiridos.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2023	pom2024	pom2025
30350	PADRAO;L-GLUTAMATO; MONOSSODICO;1446600,USP;PER; FR500MG	FR	2	2	2

32045	PADRAO 2-PENOXYETHANOL;CAS 122-99-6;1526200,USP;FR 500MG	FR	0	2	2
-------	--	----	---	---	---

7. Descrição da solução como um todo

A solução especificada e que se pretende adquirir, adequa-se a necessidade de manter em operação todo o parque Fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, assim como, seus projetos e os Laboratórios nos quais são realizadas as análises físicoquímicas e estudos. Acredita-se que este modelo, já utilizado, torna o processo mais enxuto e reduz desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, com redução de procedimentos administrativos, além de se reduzir custos financeiros, bem como, viabilizar o critério de economicidade e sustentabilidade para a Administração.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 646.474,62

O valor dessa contratação está estimado em R\$646.474,62 (seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos)

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade/aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65/2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução não é tecnicamente viável em vista das condições e peculiaridades da contratação por importação, não sendo, também, economicamente vantajoso para a Administração, tratando-se, no caso, de fornecedor exclusivo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se da aquisição de itens de uso comum, com o objetivo de atender às demandas e necessidades operacionais de Bio-Manguinhos. Essas necessidades são cuidadosamente planejadas de forma anual, abrangendo uma variedade de áreas e setores da organização. Com base nesse planejamento, os pedidos são inseridos em um sistema interno, sendo processados e liberados conforme a prioridade estabelecida para cada aquisição. As contratações realizadas são consolidadas, pois estão diretamente relacionadas ao objeto principal de compra. Vale destacar que não há vínculo ou dependência com o objeto de outros documentos que formalizem a demanda, garantindo que cada processo seja tratado de maneira independente, mas sempre alinhado às necessidades estratégicas da instituição.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens estão previstos no PGC da unidade para 2024.

Os itens desta contratação foram devidamente previstos no Plano de Gestão de Contratações (PGC) das respectivas unidades, tendo sido lançados em 2024, com a previsão de execução no exercício de 2025, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022. A demanda apresentada neste documento está contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) da Fiocruz para o ano de 2025 e foi registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), dentro dos prazos e requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

I) ID pca PNCP: 33781055000135-0-000007/2025

II) Data de publicação no PNCP: 27/03/2024

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na cadeia de inovação e em desenvolvimento tecnológico é uma marca do instituto, assim como o domínio de tecnologias de ponta e avançados processos de produção. Parcerias com outras instituições públicas e privadas- garantem acordos de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a evolução dos projetos do instituto. O cumprimento dos requerimentos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) assim como a certificação de qualidade de seus laboratórios fazem do Instituto um importante agente para a melhoria da saúde pública do país. Os resultados esperados com a aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, garantir o bom funcionamento dos equipamentos com confiabilidade dos resultados, atendendo assim as exigências de boas práticas de fabricação. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano. Evitar parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos.

13. Possíveis Impactos Ambientais

O Plano de Logística Sustentável da Fiocruz (PLS) contém diversas medidas mitigadoras e ações voltadas para o baixo consumo de energia e outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. Abaixo estão algumas das principais ações incluídas no PLS:

Redução do Consumo de Energia:

Promoção de Campanhas de Uso Racional de Energia Elétrica: Inclui a distribuição de informes físicos e digitais, adesivos sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, e a realização de seminários.

Retrofit nas Demandas de Adequações: Execução de estudos de viabilidade e serviços de retrofit para melhorar a eficiência energética das instalações.

Substituição de Equipamentos: Troca de equipamentos antigos por novos com selo Procel e substituição de lâmpadas por LED.

Instalação de Sensores e Temporizadores: Implementação de sensores de presença e temporizadores para otimizar o uso de energia.

Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

Resíduos de Óleo Vegetal: Coleta quinzenal e reciclagem de óleo vegetal usado nos restaurantes dos campi.

- Pilhas e Baterias: Logística reversa em parceria com a ABINEE, coletando e destinando cerca de 8.880,3 kg de pilhas e baterias para reciclagem.
- Cartuchos, Tonners e Latas de Tinta: Destinação para coprocessamento, transformando-os em combustível para a indústria cimenteira.
- Resíduos Eletroeletrônicos: Remanufatura e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos por meio de cooperativas credenciadas.
- Coleta Seletiva de Papel/Papelão, Plástico e Vidro: Programa de coleta seletiva solidária que destinou, entre 2018 e 2020, aproximadamente 622,5 toneladas de papel/papelão, 130,5 toneladas de plástico, e 20,6 toneladas de vidro para reciclagem.

Essas ações fazem parte de um esforço contínuo da Fiocruz para reduzir impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir o manejo adequado dos recursos e resíduos.

A Fiocruz, ciente do seu papel enquanto instituição de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, adota práticas de mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Exemplo disso é seu programa de gerenciamento de resíduos, procedimentos de biossegurança, programa de tratamento de efluentes, que conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto própria, e programa de descarte de resíduos químicos e nucleares, entre outros. Essas práticas garantem o controle dos impactos ambientais inerentes aos processos da Fiocruz, resultando em uma condução diligente e consciente dos aspectos ambientais relativos ao cuidado com a saúde pública.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª edição, agosto de 2021), verificamos que a licitação/contratação sustentável é um instrumento significativo para que a Administração Pública exija que as empresas cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental, desde a produção até a distribuição de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia.

Conforme a Instrução Normativa Nº 01/2010-SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública podem exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. No presente processo, aplicam-se os requisitos desta Instrução Normativa. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos, especificamente os definidos no artigo 5º da IN mencionada, que incluem:

I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e

IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Por se tratar de responsabilidade corporativa da empresa fornecedora, deve-se incluir no rol de declarações que sua política de governança contempla compromissos de sustentabilidade ambiental, com ações nas áreas de redução da geração de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia, e apoio à diversidade étnica, cultural e de gênero.

14. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, considero viável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim de atender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração do ETP, **com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários e detalhadas nas justificativas anexas**, caberá à autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidade apontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES

Equipe de planejamento

VICTOR DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA

Equipe de planejamento

MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA

Equipe de fiscalização

CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI

Equipe de fiscalização

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI_4639749_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_com_marca_205314___LATEA.pdf (61.74 KB)
- Anexo II - SEI_4660658_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_com_marca_205576___SEMPR.pdf (67.44 KB)
- Anexo III - SEI_4668122_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_com_marca_205853___SEVAP.pdf (60.86 KB)
- Anexo IV - SEI_4676630_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_com_marca_206799.pdf (70.22 KB)
- Anexo V - SEI_4679215_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_com_marca_205665___SEAPQ.pdf (69.1 KB)
- Anexo VI - SEI_4707058_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_com_marca_206461___SEMPR.pdf (65.7 KB)

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 205314

Item/ Descrição: 54005 ERITROPOETINA,PADRAO;FISICO-QUIMICO;1248218,USP;FR 100UG

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

O item solicitado acima possui aplicação direta na seguinte atividade de desenvolvimento realizada no Laboratório de Tecnologias Analíticas Físico-Químicas (LATEA): atividades de purificação e caracterização de biomoléculas, mais especificamente para realização da técnica de cromatografia líquida, fundamental para o isolamento purificação e caracterização de biomoléculas.

A não aquisição desse item poderá impactar em atividades essenciais realizadas na área, e automaticamente impacta no cronograma das diferentes iniciativas internas e estratégicas bem como dos projetos de desenvolvimento tecnológico existentes na unidade com atividades desenvolvidas no LATEA.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:

A marca USP é a que atende aos interesses do Laboratório de Macromoléculas devido a razões operacionais, por cumprir as especificações técnicas e de qualidade exigidas em metodologias dos experimentos em andamento, como descrito no documento interno (DI): 12585 - Estimativa de Massa Molecular por Cromatografia de Exclusão Molecular (SEC). Qualquer alteração na marca estabelecida pode gerar problemas, já que os insumos podem garantir a análise comparativa dos resultados, não comprometendo os dados gerados até o momento, o que inviabilizaria o processo de validação, com impacto na comparabilidade de dados.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não se aplica.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

Foi calculada média do consumo do últimos anos do material planejado, visando cumprir o atendimento às demandas dos projetos prioritários da carteira de Bio-Manguinhos e das atividades essenciais do Laboratório de Tecnologias Analíticas Físico-Químicas (LATEA).



Documento assinado eletronicamente por **MELISSA CHAMON ALVES PREMAZZI, Técnico em Saúde Pública**, em 16/01/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4639749** e o código CRC **1CF448FF**.

Referência: Processo nº 25386.001905/2024-26

SEI nº
4639749

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: **205576**

Item/ Descrição:

1001 PADRÃO USP SERINA;1612506,USP;FR 200MG
1004 PADRÃO USP TIROSINA;1705006,USP;FR 500MG
1007 PADRÃO USP DEXTROSE;1181302,USP;FR 500MG
1049 PADRÃO USP ADENOSINA;1012123,USP;FR 200MG
1050 PADRÃO USP ALANINA;1012509,USP;FR 200MG
1051 PADRÃO USP FRUTOSE;1286504,USP;FR 125MG
994 PADRÃO USP METIONINA;1411504,USP;FR 200MG
995 PADRÃO USP LEUCINA;1357001,USP;FR 200MG
997 PADRÃO USP HISTIDINA;1308505,USP;FR 200MG
998 PADRÃO USP GLUTAMINA;1294808,USP;FR 100MG
999 PADRÃO USP ISOLEUCINA;1349502,USP;FR 200MG
705 PADRAO,ERITROMICINA N;CAS992-62-1,1242032,USP;FR 50MG
988 PADRÃO USP ÁCIDO FÓLICO;1286005,USP;FR 500MG
989 PADRÃO USP HIDROCLORIDATO L-PIRIDOXINA;1587001,USP;FR 200MG
991 PADRÃO USP GLICINA;1295800,USP;FR 200MG
992 PADRÃO USP TRIPTOFANO;1700501,USP;FR 200MG
993 PADRÃO USP TREONINA;1667202,USP;FR 200MG
45807 PADRAO,ACIDO;AMINOCAPROICO;CAS60-32-2,1021000,USP;FR200MG
45808 PADRAO,DIMETIL;SULFOXIDO;CAS67-68-5,1211006,USP;FR3G
48057 PADRAO,POLIDIMETILSILOXANO;CAS9016-00-6;1546300,USP;FR 500MG
702 PADRAO,ERITROMICINA C;PER;1242021,USP;FR 50MG
703 PADRAO,ERITROMICINA B;PER;1242010,USP;FR 100MG
704 PADRAO,ERITROMICINA;PER;1242000,USP;FR 250MG
42478 PADRAO,MALTOSE;MONOHIDRATADA;1375025,USP;FR 500MG
42871 PADRAO;UREIA;SUBST;RELACIONADAS;A;RS;1706712,USP;PER;FR 15MG
43434 PADRAO,ACIDO;ADIPICO;1012190,USP;PER;FR 100MG
43568 PADRAO,PANTENOL;CAS 16485-10-2;1494501,USP;FR 200MG
44207 POLISSORBATO 80,PADRAO;1547969,USP;CX4UN X 0,5G
45034 PADRAO,AMPICILINA;SODICA;CAS69-52-3,1033203,USP;FR125MG
39492 PANTOLACTONE;1494807,USP;FR 500MG
39493 INOSITOL;1340960,USP;FR 500MG
39495 CLORETO,COLINA;1133547,PADRAO USP;FR 500MG
40671 MALTOTRIOSE;CAS 1109-28-0;1375047,USP;FR 500MG
40678 NIACINA;CAS 59-67-6;1461003,USP; FR 200MG
41053 D-PANTOATO,SODIO;1613928,USP;FR 100MG
1058 PADRÃO USP VALINA;1708503,USP;FR 200MG
17370 PADRÃO USP L-CISTINA;1161586,USP;FR200MG
30350 PADRAO;L-GLUTAMATO;MONOSSODICO;1446600,USP;PER;FR500MG
30380 PADRAO SULFATO DE GENTAMICINA;1289003,USP;FR 200MG
33652 CLORIDRATO, TIAMINA;1656002,USP;FR 500MG
33885 PADRAO AMIKACIN;CAS 37517-28-5;1019508,USP;FR 300MG
1052 PADRÃO USP HIDROCLORIDATO ARGININA;1042601,USP;FR 125MG

1053 PADRÃO USP NICOTINAMIDA;1462006,USP;FR 500MG
1054 PADRÃO USP PANTOTENATO CÁLCIO;1087009,USP;FR 200MG
1055 PADRÃO USP PROLINA;1568506,USP;FR 200MG
1056 PADRÃO USP RIBOFLAVINA;1603006,USP;FR 500MG
1057 PADRÃO USP SUCROSE;1623637,USP;FR 100MG

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: Para cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico de forma satisfatória e consequente atendimento ao Ministério da Saúde no âmbito dos contratos de fornecimento, se faz necessária a aquisição destes itens, visando garantir o suporte necessário aos processos durante as diferentes etapas das produções que vão compor os produtos do portfólio de Bio-Manguinhos, possibilitando o cumprimento das novas demandas de produção.

Local de Uso: SEMPR/LAFIQ/DEQUA

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: Estes itens são necessários para a realização de análises de controle de qualidade de matérias primas, produtos intermediários que serão utilizados em todos os laboratórios de formulação e nas linhas de produção de Bio-Manguinhos e produto acabado.

RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA: Esta aquisição está em conformidade com o planejamento anual orçamentário de Bio-Manguinhos, alinhando-se diretamente às iniciativas estratégicas voltadas para o fornecimento de imunobiológicos. Atender às demandas do Ministério da Saúde constitui uma prioridade institucional.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:

A aquisição dos itens da marca USP é justificada pela confiabilidade e excelência dos padrões analíticos que ela oferece. Os padrões da USP (United States Pharmacopeia) são amplamente reconhecidos por atenderem aos mais altos requisitos de qualidade e precisão, sendo utilizados em análises críticas para a indústria farmacêutica, laboratórios de controle de qualidade e pesquisas científicas.

Esses produtos asseguram conformidade com regulamentações internacionais, como as exigências da FDA (Food and Drug Administration) e EMA (European Medicines Agency), promovendo a padronização e rastreabilidade nas análises laboratoriais. A USP apresenta certificações rigorosas que garantem que seus padrões sejam fabricados seguindo práticas de qualidade ISO 17025 e ISO 9001, além de serem acompanhados de certificados detalhados de análise, fornecendo confiança nos resultados e dados gerados.

A seleção de itens como aminoácidos, vitaminas, ácidos, antibióticos, e padrões relacionados à qualidade de produtos, como maltose e ureia, é fundamental para atender às especificações analíticas e garantir a confiabilidade dos métodos de ensaio empregados. Portanto, a aquisição dos padrões analíticos da USP é essencial para assegurar a integridade e precisão dos processos laboratoriais e a conformidade regulatória das análises realizadas.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não se aplica neste caso, pois a escolha da marca e fornecedor está baseada na conformidade da garantia de qualidade do produto.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade de cada material foi calculada com base na demanda histórica e nas exigências do controle de qualidade, considerando a frequência de utilização. A estimativa foi elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES, Chefe de Laboratório**, em 23/01/2025, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4660658** e o código CRC **C463841B**.

Referência: Processo nº 25386.001907/2024-15

SEI nº
4660658

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 205853

Item/ Descrição:

1056 PADRÃO USP RIBOFLAVINA;1603006,USP;FR 500MG

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: A aquisição da riboflavina visa atender à necessidade de qualificação de equipamentos utilizados na lavagem automática de materiais e equipamentos. Este processo é fundamental para garantir que os procedimentos de limpeza estão alinhados aos requisitos das Boas Práticas de Fabricação (BPF) da ANVISA, assegurando que não haja resíduos que comprometam a segurança e a qualidade dos produtos.

LOCAL DE Uso: O material será utilizado no Laboratório de Validação de Métodos (DEMEV) para atividades de qualificação de desempenho de equipamentos de lavagem.

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: O objetivo principal é utilizar a riboflavina como um indicador para impregnar os materiais e equipamentos a serem submetidos ao processo de limpeza. Após a limpeza, a ausência de resíduos é avaliada sob luz negra (UV), uma vez que a riboflavina apresenta fluorescência nessa condição. Esta atividade é essencial para validar o desempenho dos equipamentos, garantindo a conformidade com os padrões de qualidade exigidos.

RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA: A qualificação de equipamentos para lavagem é crucial para manter a segurança e a eficácia dos produtos desenvolvidos e fornecidos por Bio-Manguinhos, incluindo vacinas, kits diagnósticos e biofármacos. Esta atividade está alinhada com os objetivos estratégicos da instituição, garantindo a qualidade e confiabilidade dos produtos destinados ao Ministério da Saúde e à sociedade.

Justificativa da Escolha de Marca Específica:

A marca USP como fornecedora do insumo é fundamentada em critérios técnicos e regulatórios que garantem a qualidade e confiabilidade do material a ser utilizado nos processos. O insumo fornecido pela USP é amplamente reconhecido como referência internacional, sendo utilizado em diversas atividades críticas, incluindo validações, controle de qualidade e desenvolvimento de produtos.

Os principais motivos para a escolha da USP incluem:

Padrão de Referência Internacional: A USP é uma organização amplamente reconhecida por estabelecer padrões farmacêuticos de referência global. O insumo fornecido segue rigorosamente as especificações estabelecidas pela farmacopeia USP, garantindo sua qualidade e conformidade técnica.

Certificados de Qualidade: O material é acompanhado de certificados que asseguram a realização de todos os testes de qualidade necessários, incluindo pureza, identidade e desempenho. Esses certificados são indispensáveis para comprovar a conformidade do insumo com os requisitos regulatórios e institucionais.

Reprodutibilidade e Confiabilidade: O uso de insumos USP garante a padronização e a reprodutibilidade dos resultados nos processos analíticos e produtivos, eliminando variabilidades e riscos associados ao uso de

materiais de qualidade inferior.

Exigências Regulatórias: A utilização de insumos reconhecidos pela USP está alinhada às Boas Práticas de Fabricação (BPF) da ANVISA, sendo frequentemente exigida em auditorias e inspeções regulatórias para assegurar a conformidade dos processos.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não se aplica.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade do item foi estimada com base na frequência qualificações necessárias para manutenção da rotina e atendimento aos novos projetos de Bio-Manguinhos. Essa estimativa garante a continuidade dos processos de validação de limpeza e evita interrupções que poderiam comprometer a produção.



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA, Técnico em Saúde Pública**, em 30/01/2025, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4668122** e o código CRC **A82E7922**.

Referência: Processo nº 25386.001907/2024-15	SEI nº 4668122
--	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 206799

Item/ Descrição: 63241 - L-ARGININA;74-79-3;USP EP JP ChP;A-170,PFANSTIEHL;FR 25KG

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO: O insumo L-arginina faz parte da composição dos estabilizadores RA e MEMU, utilizados na formulação da vacina sarampo, caxumba e rubéola (atenuada).

Problema a ser resolvido: O insumo L-arginina faz parte da rotina de preparo dos estabilizadores RA e MEMU, utilizados na vacina sarampo, caxumba e rubéola (atenuada).

Local de Uso: O item será usado pela Divisão de Formulação (DIFOR), do Departamento de Processamento Final (DEPFI).

Objetivo da Contratação: O insumo L-arginina é utilizado no preparo dos estabilizadores RA e MEMU, que fazem parte da composição da formulação da vacina sarampo, caxumba e rubéola (atenuada).

Relevância Científica e Estratégica: O preparo dos estabilizadores RA e MEMU faz parte da rotina produtiva da área, para atendimento ao cronograma de produção e do Programa Nacional de Imunização.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:

A marca PFANSTIEHL é a única que atende as especificações necessárias, visto que foi utilizada nos processos validados com resultados satisfatórios. Sendo assim, torna-se necessária a aquisição dos materiais da marca PFANSTIEHL, uma vez que é a única que atende a padronização/uniformização de técnicas, protocolos e resultados, não havendo fonte alternativa para aquisição dos mesmos. Os resultados satisfatórios registrados nos RBP3774 - PREPARO E FILTRAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO DO ESTABILIZADOR MEMU e RBP3968 - PREPARO E FILTRAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO DO ESTABILIZADOR RA foram alcançados utilizando a marca PFANSTIEHL, ratificando assim o histórico de qualidade e ausência de variação.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES: As quantidades solicitadas são necessárias pois os estabilizadores são componentes da vacina sarampo, caxumba, rubéola (atenuada), sendo necessários para cumprimento do cronograma de produção e do atendimento ao Programa Nacional de Imunização.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUCIO VENTURA DA SILVA, Chefe de Departamento**, em 30/01/2025, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4676630** e o código CRC **48BAB2AD**.

Referência: Processo nº 25386.001906/2024-71	SEI nº 4676630
--	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 205665

Item/ Descrição:

1003 PADRÃO USP FENILALANINA;1530503,USP;FR 200MG
1055 - PADRÃO USP PROLINA;1568506,USP;FR 200MG
1057 - PADRÃO USP SUCROSE;1623637,USP;FR 100MG
1058 - PADRÃO USP VALINA;1708503,USP;FR 200MG
1346 - PADRÃO USP ÁCIDO GLUTÂMICO;1294976,USP;FR 200MG
29363 - PADRAO N-ACETILNEURAMINICO;CAS131486;1612619,USP;PER,FR200MG
32045 - PADRAO 2-PENOXYETHANOL;CAS 122-99-6;1526200,USP;FR 500MG
43434 - PADRAO,ACIDO;ADIPICO;1012190,USP;PER;FR 100MG
54005 - ERITROPOETINA,PADRAO;FISICO-QUIMICO;1248218,USP;FR 100UG
987 - PADRÃO USP ÁCIDO AMINO BENZÓICO;1019803,USP;FR 200MG
992 - PADRÃO USP TRIPTOFANO;1700501,USP;FR 200MG
999 - PADRÃO USP ISOLEUCINA;1349502,USP;FR 200MG

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: Para cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico de forma satisfatória e consequente atendimento ao Ministério da Saúde no âmbito dos contratos de fornecimento, se faz necessária a aquisição deste item, visando garantir o suporte necessário aos processos durante as diferentes etapas das produções que vão compor os produtos do portfólio de Bio-Manguinhos, possibilitando o cumprimento das novas demandas de produção.

Local de Uso: SEAPQ/LAFIQ/DEQUA

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: Este item é necessário para a realização de análises de controle de qualidade de matérias primas, produtos intermediários que serão utilizados em todos os laboratórios de formulação e nas linhas de produção de Bio-Manguinhos e produto acabado.

RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA: Esta aquisição está em conformidade com o planejamento anual orçamentário de Bio-Manguinhos, alinhando-se diretamente às iniciativas estratégicas voltadas para o fornecimento de imunobiológicos. Atender às demandas do Ministério da Saúde constitui uma prioridade institucional.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:

A aquisição dos padrões USP, como fenilalanina, prolina, sacarose, valina, ácido glutâmico, N-acetilneuramínico, 2-fenoxietanol, ácido adipico, eritropoetina, ácido aminobenzóico, triptofano, e isoleucina, todos provenientes da USP (United States Pharmacopeia), é justificada pela confiabilidade e excelência dessa marca, que é uma das mais respeitadas no setor farmacêutico e científico. A USP é amplamente reconhecida pela qualidade e precisão de seus padrões, que atendem aos critérios rigorosos da ANVISA e da OMS, sendo fundamentais para garantir a confiabilidade e a segurança dos ensaios laboratoriais, controles de qualidade e estudos de pesquisa.

A USP é uma instituição que desenvolve e mantém padrões de alta qualidade para substâncias

farmacêuticas e ingredientes alimentícios, sendo uma referência global. Todos os padrões fornecidos pela USP são fabricados e testados de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA, garantindo sua conformidade com as exigências brasileiras para produtos químicos e farmacêuticos. Além disso, a USP segue as diretrizes da OMS e é certificada com ISO 9001, a norma internacional que atesta a qualidade e a capacidade dos processos da empresa em garantir que seus produtos e serviços atendem aos requisitos dos clientes e às exigências regulatórias. Esta certificação assegura que a USP adota práticas de gestão da qualidade que garantem a consistência e a melhoria contínua dos seus produtos.

Esses padrões são essenciais para a realização de testes de qualidade, calibração de equipamentos e validação de processos, sendo indispensáveis em ambientes que requerem precisão e confiabilidade. A certificação USP assegura que os produtos adquiridos têm pureza, qualidade e concentração garantidas, proporcionando confiança nos resultados obtidos em pesquisas e análises.

Utilizar outra marca que não possua a mesma qualidade ou as certificações da USP, ANVISA e OMS pode resultar em sérios problemas de compatibilidade e confiabilidade dos dados. A utilização de padrões não certificados ou com qualidade inferior pode comprometer a exatidão dos testes realizados, afetando diretamente os resultados obtidos, o que pode prejudicar tanto a pesquisa quanto o controle de qualidade. Em estudos e análises científicas, é fundamental que os dados sejam consistentes e comparáveis; portanto, o uso de materiais que não atendem aos mesmos critérios de pureza e especificação pode gerar dados inconsistentes, dificultando a validação dos resultados e a comparação com outras pesquisas.

Além disso, utilizar padrões que não são homologados pela ANVISA ou pela USP pode resultar em problemas regulatórios e de conformidade, especialmente se os resultados forem utilizados em contextos regulatórios ou clínicos. A ausência de uma certificação reconhecida pode, ainda, resultar na necessidade de novas aquisições de padrões que atendam às exigências legais, gerando custos adicionais e atrasos no desenvolvimento de projetos e pesquisas.

Portanto, a aquisição dos padrões USP é imprescindível para garantir a qualidade, a confiabilidade e a conformidade com as regulamentações brasileiras e internacionais, assegurando que todos os testes e processos realizados sejam precisos, válidos e seguros. A utilização de marcas não certificadas ou com qualidade inferior pode prejudicar a consistência dos dados, gerar incompatibilidades nos processos e resultar em custos adicionais, tornando a escolha dos padrões USP a opção mais adequada e eficiente para garantir resultados confiáveis e seguros.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não se aplica neste caso, pois a escolha da marca e fornecedor está baseada na conformidade da garantia de qualidade do produto mediante a especificidade técnica ao equipamento que será utilizado.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade de cada material foi calculada com base na demanda histórica e nas exigências do controle de qualidade, considerando a frequência de utilização. A estimativa foi elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES, Chefe de Laboratório**, em 29/01/2025, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4679215** e o código CRC **4014BDB3**.

Referência: Processo nº 25386.001907/2024-15	SEI nº 4679215
--	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações com marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: **206461**

Item/ Descrição:

1005 - PADRÃO USP BIOTINA;1071508,USP;FR 200MG

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: Para cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico de forma satisfatória e consequente atendimento ao Ministério da Saúde no âmbito dos contratos de fornecimento, se faz necessária a aquisição deste item, visando garantir o suporte necessário aos processos durante as diferentes etapas das produções que vão compor os produtos do portfólio de Bio-Manguinhos, possibilitando o cumprimento das novas demandas de produção.

Local de Uso: SEMPR/LAFIQ/DEQUA

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: Este item é necessário para a realização de análises de controle de qualidade de matérias primas, produtos intermediários que serão utilizados em todos os laboratórios de formulação e nas linhas de produção de Bio-Manguinhos e produto acabado.

RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA: Esta aquisição está em conformidade com o planejamento anual orçamentário de Bio-Manguinhos, alinhando-se diretamente às iniciativas estratégicas voltadas para o fornecimento de imunobiológicos. Atender às demandas do Ministério da Saúde constitui uma prioridade institucional.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DE MARCA ESPECÍFICA:

A aquisição do padrão USP Biotina (1071508, USP, FR 200 mg) é essencial para garantir a precisão e confiabilidade das análises laboratoriais que exigem um controle rigoroso da qualidade. A United States Pharmacopeia (USP) é uma organização globalmente reconhecida pela padronização de insumos farmacêuticos, garantindo que os materiais atendam aos mais altos padrões de qualidade, pureza e potência. Seus padrões são amplamente utilizados em laboratórios regulados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo referência para ensaios analíticos e controle de qualidade em indústrias farmacêuticas e de biotecnologia.

A USP é certificada por normas reconhecidas internacionalmente, incluindo a ISO 17025, que garante a competência técnica de seus laboratórios de ensaios, e a ISO 9001, que assegura a padronização e melhoria contínua dos processos de fabricação de seus materiais de referência. Além disso, seus padrões atendem aos requisitos estabelecidos pelo International Council for Harmonisation of Technical Requirements for Pharmaceuticals for Human Use (ICH), reforçando sua aceitação global e sua adequação aos parâmetros regulatórios de agências como a FDA (Food and Drug Administration) e a EMA (European Medicines Agency).

A escolha do padrão USP Biotina assegura a rastreabilidade dos resultados analíticos, facilitando a conformidade com normativas nacionais e internacionais. A certificação da USP atesta que o material possui composição, pureza e identidade comprovadas por rigorosos testes metrológicos, garantindo

reprodutibilidade e precisão nos ensaios laboratoriais. A utilização de um padrão certificado minimiza variações analíticas e reduz o risco de não conformidade com exigências regulatórias.

A substituição do padrão USP Biotina por um material de outra marca pode acarretar diversos impactos negativos, como diferenças na composição e pureza, levando a resultados analíticos inconsistentes. Além disso, padrões não certificados ou de procedência duvidosa podem comprometer a comparabilidade de dados e a validade dos ensaios, resultando na necessidade de retrabalho, maior consumo de recursos laboratoriais e possíveis atrasos em processos regulatórios. Outra preocupação é a falta de rastreabilidade e conformidade com as exigências da ANVISA, o que pode inviabilizar a aceitação dos resultados pelos órgãos fiscalizadores.

Portanto, a aquisição do padrão USP Biotina é indispensável para garantir a qualidade e confiabilidade dos ensaios, assegurando conformidade com normas regulatórias como a ISO 17025, ISO 9001 e diretrizes do ICH, prevenindo impactos negativos nos processos analíticos e regulatórios.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não se aplica neste caso, pois a escolha da marca e fornecedor está baseada na conformidade da garantia de qualidade do produto mediante a especificidade técnica ao equipamento que será utilizado.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade de cada material foi calculada com base na demanda histórica e nas exigências do controle de qualidade, considerando a frequência de utilização. A estimativa foi elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES, Chefe de Laboratório**, em 06/02/2025, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4707058** e o código CRC **955E3848**.

Referência: Processo nº 25386.001907/2024-15	SEI nº 4707058
--	----------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

Contrato 23/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2025	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	RAQUEL REZENDE DE SOUSA MARTINS	15/04/2025 10:29 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.000391/2025-72

1. MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº 25386.000391/2025-72)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2025, QUE FAZEM ENTRE SI FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ ATRAVÉS DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS DE MANGUINHOS (BIO-MANGUINHOS) E

A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019/1966 e do Decreto nº 66.624/1970, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 11.228 de 07/10/2022, integrante da Administração Pública Federal Indireta e vinculada ao Ministério da Saúde, "ex vi" da Lei nº 7.596/1987, sediada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, através do INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS DE MANGUINHOS (BIO-MANGUINHOS), inscrito no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado pelo seu Diretor MAURÍCIO ZUMA MEDEIROS, designado pela Portaria do Ministro da Saúde nº 181 de 24/01/2018, publicada no DOU, Seção 2, de 26/01/2018, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 1, publicada em 24/01/2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25386.000391 /2025-72 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº. 90071/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de itens da marca USP, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do pedido da FIOCRUZ/BIOMANGUINHOS para as entregas decorrentes da ata de registro de preços ou da data consignada na cláusula de vigência contratual quando utilizado o termo de contrato, prorrogável na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. .

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6 O CONTRATANTE poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17 .CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal cidade do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA
CHEFIA DE DIVISÃO

Ata de Registro de Preços 14/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2025	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	RAQUEL REZENDE DE SOUSA MARTINS	15/04/2025 10:36 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.000391/2025-72

1. Do objeto

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º XXX/2025

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos, com sede na Avenida Brasil, 4.365 – Maguinhos – Rio de Janeiro – RJ, na cidade de Rio de Janeiro – RJ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) seu Diretor, Sr. Maurício Zuma Medeiros, nomeado(a) pela Portaria nº 181 de 24 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 26 de janeiro de 2018, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90071/2025, publicada no PNCP de XX/XX./202X, processo administrativo n.º 25386.000391/2025-72, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na (s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de itens da marca USP, especificado no item 01 do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 90071/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:

Endereço completo:

Telefone:

CNPJ: Inscrição estadual:

Item do TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Não aplicável.

4. Da adesão à Ata de Registro de Preços

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta, tendo em vista que o objeto da contratação reflete necessidade especial do órgão.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1.O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2.Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1.Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1.Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2.Mantiverem sua proposta original.

5.4.3.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5.O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7.A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1.Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8.O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9.Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10.A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. Alteração ou atualização dos preços registrados

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. Negociação dos preços registrados

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. Das penalidades

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462,

de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Condições gerais

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	

X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)					Prazo garantia ou validade

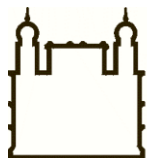
Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA
CHEFIA DE DIVISÃO



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos
Bio-Manguinhos

Especificações:

Item : 1

Material: PADRAO,ERITROMICINA C;PER;1242021,USP;FR 50MG

PADRAO,ERITROMICINA C; REF 1242021, USP; MANTER EM TEMPERATURA DE -20°C; FRASCO COM 50MG*****

ERYTHROMYCIN C - 50MG

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO;

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 2

Material: PADRAO,ERITROMICINA B;PER;1242010,USP;FR 100MG

PADRAO,ERITROMICINA B; REF 1242010, USP; MANTER EM TEMPERATURA DE -20°C; FRASCO COM 100MG*****

ERYTHROMYCIN B - 100MG

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO;

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 3

Material: PADRAO,ERITROMICINA;PER;1242000,USP;FR 250MG

PADRAO,ERITROMICINA; REF 1242000, USP; MANTER EM TEMPERATURA DE -20°C; FRASCO COM 250MG*****

ERYTHROMYCIN 250MG

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO;

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 4

Material: PADRAO,ERITROMICINA N;CAS992-62-1,1242032,USP;FR 50MG

PADRÃO DE ERITROMICINA N USP, REFERÊNCIA 1242032; CAS 992-62-1; FRASCO COM 50 MG

ASPECTO: PO CRISTALINO BRANCO

FORMULA MOLECULAR: C₃₆H₆₅NO₁₃

MASSA MOLECULAR: 719,91 G/MOL

GRAU DE PUREZA MÍNIMO: 100%

NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: 992-62-1

CONDIÇÃO ESPECÍFICA: TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM: 2°C A 8°C

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO.

Item : 5

Material: PADRÃO USP ÁCIDO AMINOBENZÓICO;1019803,USP;FR 200MG

PADRÃO USP DE ÁCIDO AMINOBENZÓICO; REF 1019803, USP U.S. PHARMA COPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV; FRASCO COM 200MG*****

AMINOBENZOIC ACID

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 DO SEU PRAZO DE VALIDADE.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 DO SEU PRAZO DE VALIDADE.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

Item : 6

Material: PADRÃO USP ÁCIDO FÓLICO;1286005,USP;FR 500MG

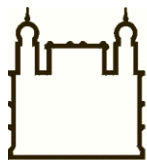
PADRÃO USP DE ÁCIDO FÓLICO; REF 1286005, USP U.S. PHARMA COPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV; FRASCO COM 500MG*****

FOLIC ACID

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 DO SEU PRAZO DE VALIDADE.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 7

Material: PADRÃO USP HIDROCLORIDRATO L-PIRIDOXINA;1587001,USP;FR 200MG
PADRÃO USP DE HIDROCLORIDRATO DE L-PIRIDOXINA; REF 1587001, USP U.S. PHARMACOPEIA;
PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV; FRASCO COM 200MG*****
L-PYRIDOXINE HYDROCHLORIDE
TEMPERATURA DE ARMAZENAGEM: 2 A 8°C

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 DO SEU PRAZO DE VALIDADE.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 8

Material: PADRÃO USP GLICINA;1295800,USP;FR 200MG
PADRÃO USP DE GLICINA; REF 1295800, USP U.S. PHARMACOPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 200MG*****
GLYCINE

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 DO SEU PRAZO DE VALIDADE.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 9

Material: PADRÃO USP TRIPTOFANO;1700501,USP;FR 200MG
PADRÃO USP DE TRIPTOFANO; REF 1700501, USP U.S. PHARMACOPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 200MG*****
L-TRYPTOPHAN

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 DO SEU PRAZO DE VALIDADE.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 10

Material: PADRÃO USP TREONINA;1667202,USP;FR 200MG
PADRÃO USP DE TREONINA; REF 1667202, USP U.S. PHARMACOPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 200MG*****
L-THREONINE

TEMPERATURA DE ARMAZENAGEM: 2 A 8°C

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 DO SEU PRAZO DE VALIDADE.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 11

Material: PADRÃO USP METIONINA;1411504,USP;FR 200MG
PADRÃO USP DE METIONINA; REF 1411504, USP U.S. PHARMACOPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 200MG*****
L-METHIONINE

NOTAS:

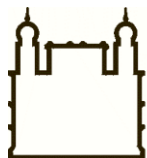
- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 12

Material: PADRÃO USP LEUCINA;1357001,USP;FR 200MG



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

PADRÃO USP DE LEUCINA; REF 1357001, USP U.S. PHARMACOPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 200MG*****

L-LEUCINE

Notas:

- Na entrega do material é necessária apresentação de cópia do Certificado de Análise do material.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 13

Material: PADRÃO USP HISTIDINA;1308505,USP;FR 200MG

PADRÃO USP DE HISTIDINA; REF 1308505, USP U.S. PHARMACOPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 200MG*****

L-HISTIDINE

Notas:

- Na entrega do material é necessária apresentação de cópia do Certificado de Análise do material.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 14

Material: PADRÃO USP GLUTAMINA;1294808,USP;FR 100MG

PADRÃO USP DE GLUTAMINA; REF 1294808, USP U.S. PHARMACOPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 100MG*****

GLUTAMINE

NOTAS: - APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 15

Material: PADRÃO USP ISOLEUCINA;1349502,USP;FR 200MG

PADRÃO USP DE ISOLEUCINA; REF 1349502, USP U.S. PHARMACOPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 200MG*****

L-ISOLEUCINE

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 16

Material: PADRÃO USP SERINA;1612506,USP;FR 200MG

PADRÃO USP DE SERINA; REF 1612506, USP U.S. PHARMACOPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 200MG*****

L-SERINE

Notas:

- Na entrega do material é necessária apresentação de cópia do Certificado de Análise do material.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 17

Material: PADRÃO USP FENILALANINA;1530503,USP;FR 200MG

PADRÃO USP DE FENILALANINA; REF 1530503, USP US PHARMACOPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 200MG*****

L-PHENYLALANINE

Notas: - Na entrega do material é necessária apresentação de cópia do Certificado de Análise do material.

- Não será aceito material que tenha ultrapassado 1/3 do seu prazo de validade.

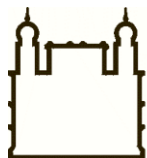
CONDIÇÃO ESPECIAL:

NO ATO DO RECEBIMENTO NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DA VIDA ÚTIL (VALIDADE)

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

Item : 18

Material: PADRÃO USP TIROSINA;1705006,USP;FR 500MG



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

PADRÃO USP DE TIROSINA; REF 1705006, USP U.S. PHARMACOPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 500MG*****

L-TYROSINE

NOTAS: - APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 19

Material: PADRÃO USP BIOTINA;1071508,USP;FR 200MG

PADRÃO USP DE BIOTINA; REF 1071508, USP U.S. PHARMACOPEIA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 200MG*****

BIOTIN

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 DO SEU PRAZO DE VALIDADE.

CONDIÇÃO ESPECIAL:

NO ATO DO RECEBIMENTO NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DA VIDA ÚTIL (VALIDADE)

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

Item : 20

Material: PADRÃO USP DEXTROSE;1181302,USP;FR 500MG

PADRÃO USP DE DEXTROSE; REF 1181302, USP U.S. PHARMACEUTICAL; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV;
FRASCO COM 500MG*****

Notas:

- É necessária apresentação de cópia autenticada do Certificado de BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (BPF), conforme RDC 59, de 27 de junho de 2000, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS; NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 21

Material: PADRÃO USP ADENOSINA;1012123,USP;FR 200MG

PADRÃO USP DE ADENOSINA; PARA ANÁLISE DE MATERIAS-PRIMAS DE TVV; REF 1012123, USP US PHARMACOPÉIA;
FRASCO COM 200MG*****

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 22

Material: PADRÃO USP ALANINA;1012509,USP;FR 200MG

PADRÃO USP DE ALANINA; PARA ANÁLISE DE MATERIAS-PRIMAS DE TVV; REF 1012509, USP US PHARMACOPÉIA;
FRASCO COM 200MG*****

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 23

Material: PADRÃO USP FRUTOSE;1286504,USP;FR 125MG

PADRÃO USP DE FRUTOSE; PARA ANÁLISE DE MATERIAS-PRIMAS DE TVV; REF 1286504, USP US PHARMACOPÉIA;
FRASCO COM 125MG*****

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

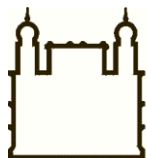
- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 24

Material: PADRÃO USP HIDROCLORIDRATO ARGININA;1042601,USP;FR 125MG

PADRÃO USP DE HIDROCLORIDRATO DE ARGININA; PARA ANÁLISE DE MATERIAS-PRIMAS DE TVV;
REF 1042601, USP US PHARMACOPÉIA; FRASCO COM 125MG*****



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL
- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 25

Material: PADRÃO USP NICOTINAMIDA;1462006,USP;FR 500MG

PADRÃO USP DE NICOTINAMIDA; PARA ANÁLISE DE MATERIAS-PRIMAS DE TVV; REF 1462006, USP US PHARMACOPÉIA; FRASCO COM 500MG *****

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL
- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 26

Material: PADRÃO USP PANTOTENATO CÁLCIO;1087009,USP;FR 200MG

PADRÃO USP DE PANTOTENATO DE CÁLCIO; PARA ANÁLISE DE MATERIAS-PRIMAS DE TVV; REF 1087009, USP US PHARMACOPÉIA; FRASCO COM 200MG*****

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL
- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 27

Material: PADRÃO USP PROLINA;1568506,USP;FR 200MG

PADRÃO USP DE PROLINA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV; REF 1568506, USP US PHARMACOPÉIA; FRASCO COM 200MG*****

Notas:

- Na entrega do material é necessária apresentação de cópia do Certificado de Análise do material.
- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 28

Material: PADRÃO USP RIBOFLAVINA;1603006,USP;FR 500MG

PADRÃO USP DE RIBOFLAVINA; PARA ANÁLISE DE MATERIAS-PRIMAS DE TVV; 1603006, USP US PHARMACOPÉIA; FR 500MG*****

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL.
- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 29

Material: PADRÃO USP SUCROSE;1623637,USP;FR 100MG

PADRÃO USP DE SUCROSE; PARA ANÁLISE DE MATERIAS-PRIMAS DE TVV; REF 1623637, USP US PHARMACOPÉIA; FRASCO COM 100MG*****

Notas:

- Na entrega do material é necessária apresentação de cópia do Certificado de Análise do material.
- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 30

Material: PADRÃO USP VALINA;1708503,USP;FR 200MG

PADRÃO USP DE VALINA; PARA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE TVV; REF 1708503, USP US PHARMACOPÉIA; FRASCO COM 200MG*****

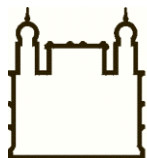
Notas:

- Na entrega do material é necessária apresentação de cópia do Certificado de Análise do material.
- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 31

Material: PADRÃO USP ÁCIDO GLUTÂMICO;1294976,USP;FR 200MG



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

PADRÃO USP DE ÁCIDO GLUTÂMICO; REF 1294976, USP - U.S. PHARMACOPEIA; PARA VALIDAÇÃO E ANÁLISE DE AMINOÁCIDOS; FRASCO COM 200 MG*****

GLUTAMIC ACID

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL.

CONDIÇÃO ESPECIAL:

NO ATO DO RECEBIMENTO NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DA VIDA ÚTIL (VALIDADE).

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

Item : 32

Material: PADRÃO USP L-CISTINA;1161586,USP;FR200MG

PADRÃO US PHARMACOPEIA DE : L-CISTINA ; 1161586, USP; FRASCO 200MG.

CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO: TEMPERATURA AMBIENTE E MANTER O FRASCO HERMETICAMENTE FECHADO

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS;

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO.

CONDIÇÃO ESPECIAL:NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 33

Material: PADRAO N-ACETILNEURAMINICO;CAS131486;1612619,USP;PER,FR200MG

PADRÃO USP DE ÁCIDO N-ACETILNEURAMÍNICO.

FÓRMULA: C₁₁H₁₉NO₉ . 2H₂O

PESO MOLECULAR: 345,31

SINÔNIMO: ÁCIDO O-SIÁLICO; NEU5AC; NANA

CAS: 131-48-6

CARACTERÍSTICA FÍSICA: PÓ BRANCO CRISTALINO.

FAIXA DE FUSÃO: 183°C - 187° C

TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO: -20°C.

CONDIÇÃO ESPECIAL:

NO ATO DO RECEBIMENTO NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DA VIDA ÚTIL (VALIDADE).

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS; NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO.

Item : 34

Material: PADRAO;L-GLUTAMATO;MONOSSODICO;1446600,USP;PER;FR500MG

PADRÃO DE L-GLUTAMATO MONOSSODICO; REFERÊNCIA COMERCIAL: 1446600, USP; PERECÍVEL;

FRASCO COM 500 MILIGRAMAS.

FORMA MONOHIDRATADA.

CAS: 6106-04-3

PUREZA: 100%

FÓRMULA MOLECULAR: C₅H₈NNAO₄·H₂O

PESO MOLECULAR: 187.13 G/MOL

ASPECTO FÍSICO: PÓ CRISTALINO BRANCO.

PONTO DE FUSÃO: 165°C

CONDIÇÃO ESPECIAL:

TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM: 2°C A 8°C.

CONDIÇÃO ESPECIAL:

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 35

Material: PADRAO SULFATO DE GENTAMICINA;1289003,USP;FR 200MG

PADRÃO SULFATO DE GENTAMICINA;USP;1289003;GRAU DE PUREZA 98%;CAS 1405-41-0;

FRASCO COM 200MG

ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO

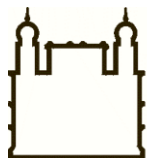
FÓRMULA QUÍMICA C₁₉H₄₁N₅O₁₁S

PESO MOLECULAR 547.6207 G/MOL

GRAU DE PUREZA MÍNIMA 98%

CARACTERÍSTICA ADICIONAL PADRÃO DE REFERÊNCIA

NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA 1405-41-0



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

CONDIÇÃO ESPECIAL:

TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM 2°C A 8°C.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS; NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 36

Material: PADRAO 2-PENOXYETHANOL;CAS 122-99-6;1526200,USP;FR 500MG

PADRÃO DE 2-PENOXYETHANOL; CAS:122-99-6; HS CODE: 290949; FORMULA QUIMICA: C8H10O2;

MASSA MOLECULAR: 138,16G; REFERÊNCIA COMERCIAL: 1526200, USP; FRASCO COM 500MG

CONDIÇÃO ESPECIAL:

NO ATO DO RECEBIMENTO NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DA VIDA ÚTIL (VALIDADE).

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS; NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO.

Item : 37

Material: CLORIDRATO, TIAMINA; 1656002, USP; FR 500MG

PADRÃO DE CLORIDRATO DE TIAMINA; USP; COD 1656002; CAS 67-03-8; FRASCO COM 500MG

PUREZA: 100%

FÓRMULA MOLECULAR: C12H17CLN4OS.HCL

PESO MOLECULAR: 337,27 G/MOL

ARMAZENAMENTO TEMPERATURA 2°C A 8°C

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO;

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 38

Material: PADRAO AMIKACIN; CAS 37517-28-5; 1019508, USP; FR 300MG

PADRÃO AMIKACIN;

CAS 37517-28-5;

REFERÊNCIA COMERCIAL: 1019508, USP;

FRASCO COM 300MG

NOTAS: APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE..

Item : 39

Material: PANTOLACTONE; 1494807, USP; FR 500MG

PADRÃO USP PANTOLACTONE;

REF 1494807;

USP U.S. PHARMACOPEIA;

CAS 599-04-2;

FRASCO COM 500MG

TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM: 2 A 8°C

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO;

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 40

Material: INOSITOL; 1340960, USP; FR 500MG

PADRÃO USP INOSITOL;

REF 1340960;

USP U.S. PHARMACOPEIA;

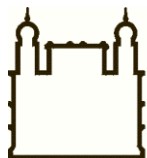
CAS 87-89-8;

FRASCO COM 500MG

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO;

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Item : 41

Material: CLORETO,COLINA;1133547,PADRAO USP;FR 500MG

PADRÃO USP CLORETO DE COLINA;

REF 1133547;

CAS 67-48-1;

FRASCO COM 500MG

NOTA:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 42

Material: MALTOTRIOSE;CAS 1109-28-0;1375047,USP;FR 500MG

PADRÃO USP MALTOTRIOSE,

REF 1375047;

CAS 1109-28-0;

FRASCO COM 500MG

TEMPERATURA DE ESTOCAGEM AMBIENTE.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO;

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 43

Material: NIACINA;CAS 59-67-6;1461003,USP; FR 200MG

NIACINA,

REF 1461003 PADRÃO USP ,

CAS 59-67-6,

FRASCO COM 200MG

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 44

Material: D-PANTOATO,SODIO;1613928,USP;FR 100MG

PADRÃO USP D-PANTOATO DE SÓDIO ;

REF 1613928;

USP U.S. PHARMACOPeia;

CAS 60979-68-2

FRASCO COM 100MG

NOTAS:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 45

Material: PADRAO,MALTOSE;MONOHIDRATADA;1375025,USP;FR 500MG

PADRÃO MALTOSE MONOHIDRATADA USP;

REFERÊNCIA 1375025;

CAS 6363-53-7;

FRASCO COM 500 MILIGRAMAS

ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO

FÓRMULA: C₁₂H₂₂O₁₁.H₂O

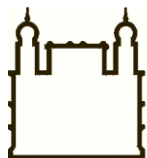
MASSA MOLECULAR: 360.32 G/MOL

GRAU DE PUREZA: ESTA INFORMAÇÃO SÓ ESTARÁ DISPONÍVEL NO CERTIFICADO DE ANÁLISE DO LOTE QUE FOR COMPRADO POR SE TRATAR DE UM PADRÃO.

CONDIÇÃO ESPECÍFICA: TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM: 2 A 8°C

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Item : 46

Material: PADRAO;UREIA;SUBST;RELACIONADAS;A;RS;1706712,USP;PER;FR 15MG

PADRÃO DE UREIA SUBSTÂNCIAS RELACIONADAS; FARMACOPEIA AMERICANA (USP);

REFERÊNCIA 1706712;

CAS 108-19-0;

FRASCO COM 15 MILIGRAMAS

ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO CRISTALINO

FÓRMULA: C₂H₅N₃O₂

MASSA MOLECULAR: 103,08G/MOL

GRAU DE PUREZA: ESTA INFORMAÇÃO SÓ ESTARÁ DISPONÍVEL NO CERTIFICADO DE ANÁLISE DO LOTE QUE FOR COMPRADO POR SE TRATAR DE UM PADRÃO.

ITEM PERECÍVEL

CONDIÇÃO ESPECÍFICA: TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO: 2 A 8°C

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 47

Material: PADRAO,ACIDO;ADIPICO;1012190,USP;PER;FR 100MG

PADRÃO, ACIDO ADIPICO;1012190;USP;FR 100MG ; PERECÍVEL

DESCRIÇÃO: ADIPIC ACID UNITED STATES PHARMACOPEIA (USP) REFERENCE STANDARD"

NÚMERO DO CATÁLOGO: 1012190

CAS NUMBER: 124-04-9

FORMULA MOLECULAR: HOOC(CH₂)₄COOH

PESO MOLECULAR: 146,14 G/MOL

QUANTIDADE: 100 MG

REQUISITOS DE ARMAZENAMENTO: 2-8°C.

NOTA:

- APRESENTAR O CERTIFICADO DO MATERIAL

- NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 48

Material: PADRAO,PANTENOL;CAS 16485-10-2;1494501,USP;FR 200MG

PADRÃO PANTENOL USP, REFERÊNCIA 1494501, CAS 16485-10-2; FRASCO COM 200 MG

ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO

FORMULA: C₉H₁₉NO₄

MASSA MOLECULAR: 205,25G/MOL

GRAU DE PUREZA: <= 100%

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO;

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM: 2 A 8°C.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 49

Material: POLISSORBATO 80,PADRAO;1547969,USP;CX4UN X 0,5G

POLISSORBATO 80,PADRAO;1547969,USP;CX4UN X 0,5G

NÚMERO DO CAS: 9005-65-6

POLISSORBATO 80 PADRÃO DE REFERÊNCIA DA FARMACOPEIA AMERICANA (USP)

REFERÊNCIA COMERCIAL: 1547969

CAIXA COM 4 FRASCOS COM 0,5 GRAMAS CADA

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 50

Material: PADRAO,AMPICILINA;SODICA;CAS69-52-3,1033203,USP;FR125MG

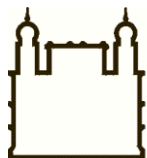
PADRÃO DE AMPICILINA SODICA USP, REFERÊNCIA 1033203; CAS 69-52-3; FRASCO COM 125 MG

FÓRMULA: C₁₆H₁₈N₃NaO₄S

MASSA MOLECULAR: 371,39 G/MOL

GRAU DE PUREZA: ESTA INFORMAÇÃO SÓ ESTARÁ DISPONÍVEL NO CERTIFICADO DE ANÁLISE DO LOTE QUE FOR COMPRADO POR SE TRATAR DE UM PADRÃO.

CONDIÇÃO ESPECÍFICA: TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM: 2 A 8°C



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 51

Material: PADRAO,ACIDO;AMINOCAPROICO;CAS60-32-2,1021000,USP;FR200MG

PADRÃO DE ACIDO AMINOCAPROICO USP, REFERÊNCIA 1021000; CAS 60-32-2; FRASCO COM 200 MG

FÓRMULA: C₆H₁₃NO₂

MASSA MOLECULAR: 131,17 G/MOL

GRAU DE PUREZA: 100%.

TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM: AMBIENTE

CONDIÇÃO ESPECIAL: NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

Item : 52

Material: PADRAO,DIMETIL;SULFOXIDO;CAS67-68-5,1211006,USP;FR3G

PADRÃO DE DIMETIL SULFOXIDO USP, REFERÊNCIA 1211006; CAS 67-68-5; FRASCO COM 3 G

FÓRMULA: C₂H₆OS

MASSA MOLECULAR: 78,13 G/MOL

GRAU DE PUREZA: 100%.

CONDIÇÃO ESPECÍFICA:

TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM: AMBIENTE

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE.

CONDIÇÃO ESPECIAL:

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO.

Item : 53

Material: PADRAO,POLIDIMETILSILOXANO;CAS9016-00-6;1546300,USP;FR 500MG

PADRÃO DE POLIDIMETILSILOXANO, CAS 9016-00-6, USP REFERÊNCIA 154630 FRASCO COM 500MG

GRAU DE PUREZA: 100%.

CONDIÇÃO ESPECÍFICA: TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAGEM: 2°C A 8°C

CONDIÇÃO ESPECIAL: NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO. (KAIO FERRAZ, EM 29/09/2023)

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO RECEBER COM MENOS DE 6 MESES DE VALIDADE. (KETLEN FREITAS, 22/10/2024)

Item : 54

Material: ERITROPOETINA,PADRAO;FISICO-QUIMICO;1248218,USP;FR 100UG

ERITROPOETINA, PADRAO; FISICO-QUIMICO; REFERÊNCIA COMERCIAL: 1248218, USP

EMBALAGEM: VIAL CONTENDO 100UG

APLICAÇÃO: MAPEAMENTO PEPTÍDICO, ANÁLISE DE DÍMEROS E AGREGADOS, PERFIL DE N-GLICANOS E DISTRIBUIÇÃO DE ISOFORMAS

TEMPERATURA DE TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO: -20°C

CONDIÇÃO ESPECIAL: NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 DO SEU PRAZO DE VALIDADE.

CAS: 113427-24-0

FÓRMULA MOLECULAR: C₈₀₉H₁₃₀₁N₂₂₉O₂₄₀S₅

PESO MOLECULAR: 18,236.06

NO ATO DO RECEBIMENTO NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DA VIDA ÚTIL (VALIDADE).

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DA FISPQ - FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.

NO ATO DA ENTREGA É NECESSÁRIO O FORNECIMENTO DO CERTIFICADO DE ANÁLISE COM ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PARA CADA LOTE PRODUZIDO.



COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024

A Coordenadora Geral de Administração,
no uso de suas atribuições que lhes são
conferidas pela Portaria do Ministério da
Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU
02/08/2017,

RESOLVE:

1. PROPÓSITO

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório,

o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.

Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

2. VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

Flávia Silva
Coordenadora Geral de Administração
FIOCRUZ



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 10/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3945213** e o código CRC **8B371FA9**.